



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 009

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Natálio Stica
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

008ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	02
Mensagens	02
Ofícios.....	04
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	05
Horário do Pequeno Expediente	08
Dep. Elza Correia.....	08
Dep. Plauto Miró Guimarães	09
Dep. Reni Pereira	10
Dep. Barbosa Neto	11
Dep. Valdir Rossoni	12
Horário das Lideranças	15
Ordem do Dia	15
Leitura do Expediente	15
Discussão/Votação	15
2º Discussão	15
Requerimentos	16

009ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MARÇO DE 2005**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e
Geraldo Cartário.

Presenças

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson

Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem**

MENSAGEM Nº 004/2005

Curitiba, 02 de março de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.166 (vinte mil, cento e sessenta e seis) policiais militares, distribuídos pelos postos e graduações, conforme especifica.

O plano de lei ora submetido à elevada apreciação dessa Casa consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, acrescentando de apenas 83 (oitenta e três) o atual efetivo, com impacto de tão somente 0,1% (zero vírgula um por cento), na folha geral da Corporação, irá ensejar condições no sentido de prestar aporte a duas novas unidades policiais militares, as de Telêmaco Borba e Toledo, previstas pelo Decreto nº 2834, de 22/04/2004, através do qual foram criadas as "Áreas Integradas de Segurança Pública".

A adianta transcrita justificativa elaborada pela Polícia Militar do Estado do Paraná e apresentada pelo

Comando Geral, por intermédio do Ofício nº 0523/04, em anexo ao protocolado sob nº 5.843.762-0, que contém melhor detalhamento quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“O Estado do Paraná preocupado com a Segurança Pública dentro do seu território elaborou estudos para fazer frente ao clima de insegurança, pontuando providências a serem tomadas. O Projeto “Mapa do Crime”, encabeçado pelo Executivo Estadual, elencou a integração das áreas de atuação dos órgãos encarregados da área de segurança como uma das prioridades para o sucesso do projeto.

Para tanto, foram realizados estudos para fazer coincidir as áreas dos Batalhões da Polícia Militar com as Subdivisões da Polícia Civil. A instituição do Projeto “Mapa do Crime” busca outras providências, sendo que a criação das “Áreas Integradas de Segurança Pública” tornou-se uma das etapas.

No desenvolvimento destes estudos, constatou-se a necessidade de criar-se duas Organizações Policiais Militares, uma sediada no Município de Toledo e outra no Município de Telêmaco Borba. Para a instalação dessas Unidades tornou-se necessário o remanejamento de milicianos, além daqueles que já prestavam serviços naquelas localidades.

Entretanto, tal medida não será suficiente para que aquelas Organizações Policiais Militares possam cumprir as suas missões, surgindo a proposta de fornecer o aporte necessário no Quadro Organizacional das futuras Unidades da Polícia Militar, criando-se 83 (oitenta e três) novas vagas e acrescentando o efetivo da Polícia Militar. Tal providência é imprescindível para a consecução do projeto.

Após a aprovação da alteração e conseqüente instalação das Unidades Policiais Militares faz-se necessário a

comunicação do fato ao Comando Operacional Terrestre - COTER, para conhecer a articulação da Milícia Estadual.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.166 (vinte mil, cento e sessenta e seis) policiais militares.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 e 2 desta lei, respectivamente: Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante a Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno-Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	186	204	239	742
QOBM		2	9	17	35	40	50	153
QOS	PM Med	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos					1	1	2
TOTAL		16	56	94	252	306	365	1089

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL - MILITAR GERAL								
QPMG	GRAD.	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB	SD	SOMA
1 - PRAÇAS PM		175	279	660	1385	2143	11248	15881
2 - PRAÇAS BM		37	62	108	429	670	1881	3302
TOTAL		212	341	768	1814	2813	13129	19077

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 030/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, por julgar inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/CC 031/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca, por julgar inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs CTL/CC 016, 017, 018, 019, 020, 021 e 032/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

473/2004: De autoria do Deputado Duílio Genari, que dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda, ficam obrigados a manter em cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras, o qual foi convertido em Lei nº 14.647. **Anote-se - Arquivo-se.**

641/2003: De autoria do Deputado Renato Gaúcho, que cria no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.648. **Anote-se - Arquivo-se.**

336/2004: De autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dá nova redação aos incisos IV, V, VI, VII e IX do artigo 2º da Lei nº 14.427/2004, o qual foi convertido em Lei nº 14.649. **Anote-se - Arquivo-se.**

236/2004: De autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que dispõe que as Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas que ofertarem bolsa de estudos devem publicar anualmente via mural, páginas oficiais de internet e demais meios de comunicação, o qual foi convertido em Lei nº 14.650. **Anote-se - Arquivo-se.**

324/2004: De autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera a redação do parágrafo 1º do artigo 1º, da Lei nº 14.470, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, com precatórios,

conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.651. **Anote-se - Arquivo-se.**

093/2004: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe que as empresas de ônibus de viagem, operadoras de linhas convencionais intermunicipais e os que partem do Estado do Paraná para outros Estados, ficam obrigadas a prestarem aos seus passageiros as informações que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.652. **Anote-se - Arquivo-se.**

227/2004: De autoria do Deputado Delegado Braddock, que dispõe que as empresas que prestam serviços em todo o Estado aos Órgãos Públicos no tocante à fiscalização de velocidade nas vias públicas, ficam obrigadas a manterem a adequação sinalização nos postes ou suportes onde se encontram instalados os medidores de velocidade, o qual foi convertido em Lei nº 14.653. **Anote-se - Arquivo-se.**

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente comunicar V. Exa. a indicação do Partido Liberal - PL, para compor a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, nesta augusta Casa de Leis:

Títular - Deputado Chico Noroeste

Suplente - Deputado Pastor Edson Praczyk

Certo de poder contar com a sua costumeira atenção, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

Líder do Partido Liberal - PF

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 117/2004, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordi-

nária, por estar em vigor a Lei nº 14.043 de 28 de abril de 2.003, de autoria deste Deputado, que trata de assunto de mesma similitude.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 066/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Bibi Meireles - Lar Mãe de Misericórdia, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Bibi Meireles - Lar Mãe de Misericórdia, é uma associação jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua a assistência social, promovendo a recuperação de pessoas do sexo feminino que perderam o convívio social devido a dependência alcoólica e/ou química, oferecendo todos os atendimentos terapêuticos-humano-espirituais necessários e outras modalidades de atendimento, inclusive na área ocupacional-profissionalizante.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Bibi Meireles - Lar Mãe de Misericórdia do Município de Campo Largo.

PROJETO DE LEI Nº 067/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Comunitário Metodista de Maringá - CECOM, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O Centro Comunitário Metodista de Maringá - CECOM, é uma associação jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua a assistência social, educacional e psicológica gratuitos e permanentes a comunidade carente assistida, prestando serviços

sócio-educativos, nutricionais e de saúde a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias carentes.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Comunitário Metodista de Maringá - CECOM do Município de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 068/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Artesãos de Campo Mourão - ARTECAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A ARTECAM é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

A Associação tem por finalidade integrar e dinamizar as ações da comunidade artesanal de Campo Mourão, promovendo o fortalecimento do espírito associativo. Assim sendo, representa os interesses dos seus associados junto ao Poder Público, promove a divulgação e venda dos produtos elaborados por seus associados, além de estimular o desenvolvimento das potencialidades econômicas, culturais e sociais de seus integrantes.

A declaração de Utilidade Pública reforça a entidade para a realização das suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento dos seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida de todos.

PROJETO DE LEI Nº 069/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sertaneja - APMI, com sede e foro no Município de Sertaneja.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Sertaneja - APMI, com sede e foro no Município

de Sertaneja, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo promover atendimento à maternidade e à infância através do trabalho com gestantes e nutrízes, de instituir e manter unidades de assistência social, como berçários e abrigos, no Município de Sertaneja e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 070/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Projeto de Inclusão Social do Jovem, objetivando beneficiar jovens que estão fora da escola, na faixa etária de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos e com ensino fundamental incompleto, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 01 (um) salário-mínimo.

Parágrafo Único. Os jovens, uma vez selecionados para participar do Projeto, terão suas famílias cadastradas nos Programas de Assistência Social do Estado.

Art. 2º O Projeto de Inclusão Social do Jovem dará prioridade ao atendimento de jovens moradores em Municípios da Região Metropolitana do Paraná.

Art. 3º Os jovens selecionados para participar do Projeto de Inclusão Social do Jovem receberão o subsídio financeiro mensal de R\$ 60,00 (sessenta reais).

§ 1º Para receber o subsídio financeiro, o jovem com idade de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, deverá estar autorizado por seus pais ou representante.

§ 2º - A participação do jovem no Projeto dar-se-á pelo prazo de 12 (doze) meses, permitida a prorrogação uma única vez, por igual período, mediante avaliação de resultados.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver o Projeto de Inclusão Social do Jovem através da Secretaria de Estado de Ação Social.

I - as Secretarias de Estado da Educação, de Cultura, da Infância e da Adolescência, de Esportes, de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Desenvolvimento da Região Metropolitana e de Turismo e de Transportes;

II - outros órgãos e entidades estaduais

III - organização da sociedade civil.

Art. 5º O processo de seleção dos jovens observará os seguintes critérios:

I - ter idade de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos;

II - estar fora da escola, com ensino fundamental incompleto;

III - ter domicílio nos setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza.

§ 1º Os jovens selecionados para participar do Projeto deverão, obrigatoriamente, matricular-se em curso de ensino fundamental ou de educação de jovens e adultos, da rede de ensino público.

Art. 6º O Projeto de Inclusão Social do Jovem oferecerá, também, aos jovens participantes:

I - cursos profissionalizantes de habilidades gerais para o trabalho, com ênfase em atividades com demanda de mercado, mediante parcerias com entidades e organizações da sociedade civil;

II - atividades culturais, recreativas e de esporte e lazer, em unidades de atendimento financiadas pelo Estado ou por órgãos e entidades parceiros do projeto;

III - isenção de pagamento de tarifas nos serviços de transporte coletivo urbano de responsabilidade do Estado.

Art. 7º Para continuar recebendo o subsídio financeiro e a isenção de pagamento de tarifas de que trata o inciso III do artigo anterior, os jovens participantes do Projeto de Inclusão Social dos Jovens deverão estar comprovadamente, frequentando o curso no qual estão matriculados.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente dos órgãos envolvidos.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente justificativa tem por objetivo viabilizar a inclusão social de jovens oriundos dos bolsões de pobreza e que estão fora da escola. Segundo informações do IBGE, no Brasil, o analfabetismo caiu quase 30%, entre 1993 e 2003, mas é alarmante constatar que a média de escolaridade é de seis anos. Outros países da América Latina estão em condições melhores que o Brasil: Chile, Argentina, Costa Rica.

Apesar do Estado do Paraná ter um bom indicador no quesito escolaridade, ainda temos muitos jovens que não frequentam escolas.

Os jovens da faixa etária de 15 a 19 anos são os mais problemáticos, pois boa parte não conseguiu terminar a 5ª série do ensino fundamental. O IBGE informa que 70% dos jovens estão no mercado de trabalho de forma precária. A maioria dos jovens trabalha muito, tem qualificações baixas e ganha pouco.

Mais da metade dos jovens do Estado do Paraná (55%), com idade de 15 a 24 anos, ganham menos de um salário-mínimo e meio.

Um percentual de 42,1% de jovens trabalha acima do horário estabelecido na jornada de trabalho.

É de extrema relevância garantirmos que os nossos jovens terão, no mínimo, o ensino fundamental, para a sua inserção nos bens sociais, e para isso é importante viabilizarmos um apoio financeiro temporário associado a ações sócio-educativas, que se apresentam com elementos motivadores para que o jovem volte aos estudos.

Cabe ainda ressaltar que os jovens, na faixa de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos, têm sido o segmento populacional mais penalizado pela falta de oportunidade de trabalho, atual ou futuro, e pela violência urbana.

Pelos motivos acima expostos, submeto à apreciação dos nobres colegas o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 071/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado de Educação, a oferecer Curso Livre aos professores da Rede Pública estadual, sobre programas de prevenção ao uso de drogas e álcool. O curso a que se refere esta lei subordinar-se-á ao Conselho Estadual de Educação, que organizará os meios para a sua execução.

Art. 2º Os professores que freqüentarem o curso a que se refere o artigo 1º receberão certificado válido como título para todos os efeitos, especialmente para promoções e concurso de provas e títulos, bem como terão licença para freqüentar o curso sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens, com os demais estímulos que o Poder Público poderá estabelecer.

Art. 3º O Poder Executivo no prazo de sessenta (60) dias a partir da data de publicação da presente lei, deverá baixar os Atos que se fizerem necessários para sua regulamentação.

Art. 4 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A prevenção, indiscutivelmente, é um dos principais caminhos que a sociedade em geral, bem como o Poder Público, dispõem e precisamos usar sempre e com muita eficácia para fazer face ao uso de drogas e álcool.

São incomensuráveis os malefícios causados pelo uso de tais substâncias e a informação e conscientização de todos, de forma correta e permanente, precisa ser buscada com cuidados, critérios e de forma o mais rápido possível.

Com o propósito de estabelecer uma das maneiras mais eficazes de prevenção ao uso dos malefícios mencionados, a escola é lembrada também nesta oportunidade como sendo um dos meios mais importantes para esclare-

cimento e convencimento dos alunos quanto a esses hábitos, desde o ensino fundamental e da maneira mais organizada possível, sem preconceitos, lembrando que desde cedo todos devem passar pelos bancos escolares.

Neste sentido a criação de um Curso Livre bem estruturado, coordenado e supervisionado para os professores da rede estadual dotará o corpo docente dos conhecimentos capazes de prepará-lo para a devida orientação quanto ao uso de drogas e álcool dos seus alunos, devendo assim o Estado fazer a sua parte, usando dos melhores métodos e critérios no caso, visando sempre o interesse público e procurando reconhecer a nobre missão do Magistério.

Por outro lado, o presente projeto de lei não padece de vício da inconstitucionalidade uma vez que é meramente autorizativo e com a sua sanção o vício de iniciativa estaria sanado, ressaltando que o interesse social é sempre o mais relevante.

PROJETO DE LEI Nº 072/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o Dia da Recepcionista, a ser celebrado anualmente em 26 de julho.

Parágrafo Único. A data mencionada passará a constar no calendário de eventos no Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo, adotará as medidas necessárias à implantação e divulgação da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto justifica-se pelo fato de homenagear, com muitas justiça, tão importante categoria profissional para a nossa sociedade. A criação de um sindicato para representá-las é de fundamental importância no sentido de fazer prevalecer a dignidade profissional desses trabalhadores.

Toda classe unida e organizada tem maior poder de conquista dos seus direitos, portanto que a data de comemoração que ora propomos por meio da presente proposição, possa colaborar com o processo de debate e conscientização da categoria.

PROJETO DE LEI Nº 073/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Ponte Baiano da Foice, José Antônio de Araújo a ponte sobre o Rio Piquiri, na Rodovia PR-486.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um cidadão que prestou relevantes serviços ao Governo do Estado do Paraná durante a década de 1990, quando foi assessor do Governador Requião e figura decisiva na vitória do PMDB na eleição governamental.

José Antonio de Araújo, conhecido como Baiano da Foice, foi um pioneiro de grande importância para o Município de Assis Chateaubriand e região, tanto que, durante os anos 70, já foi homenageado com a denominação de seu nome para a Pista de Pouso de Assis Chateaubriand.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 074/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inserção, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Art. 2º A desconformidade referida no artigo 1º será apurada na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda e comprovada por meio de laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição, no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A presente minuta de lei estabelece a cassação da eficácia da inscrição, no Cadastro de Contribuintes do

ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural, álcool etílico hidratado carburante e demais líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

A proposta ora formulada se justifica pela necessidade de coibir a comercialização de combustível adulterado, em virtude da constatação do crescente aumento dessa prática ilegal, que importa lesão às relações de consumo, constitui crime contra a ordem econômica, implica evasão fiscal, gerando concorrência desleal com os contribuintes que desenvolvam regularmente suas atividades comerciais.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Evidentemente que todos os companheiros receberam o nosso convite para uma ampla programação que estamos realizando com trinta entidades aqui em Curitiba, comemorando o mês de março como o Mês da Mulher, e amanhã teremos uma Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, esperando contar com a presença de todos os companheiros e companheiras, porque é um convite das quatro Deputadas, mas também, dos Deputados. Estamos convencidas de que sem a participação dos homens, as mulheres não haverão de avançar na nossa proposta de equidade, justiça social, igualdade entre homens e mulheres.

Eu queria, conforme havia dito em sessões anteriores e estou vendo aqui no Plenário o companheiro Rossoni que fez um pronunciamento fazendo aqui algumas constatações e nós dissemos ao Deputado que traríamos aqui a versão do Governo através das Secretarias.

Foi colocado que havia, no Estado do Paraná, cinco mil crianças fora das salas de aula. Quero colocar que nós temos ampla documentação aqui, da Secretaria da Educação, Departamento de Infra-Estrutura, dando conta que 95% das matrículas efetivadas através da Secretaria de Estado da Educação, dizendo inclusive que há vagas disponíveis em todos os Municípios dos Núcleos Regionais de Educação, nos diversos níveis e modalidades de ensino, ofertadas pela rede estadual que detém 2086 escolas credenciadas até o presente momento.

Portanto, segundo a informação da Secretaria, há provas, através desses documentos, da sensibilidade dos alunos da rede municipal, estadual, que são do censo

escolar de 2002 que indicam a capacidade de atendimento de mais de um milhão de alunos e que em 2004 apresenta uma demanda reduzida a cerca de 800 mil alunos.

Portanto, não há crianças fora da escola no Estado do Paraná, segundo a Secretaria de Estado da Educação, e existem ainda vagas à disposição dos alunos, caso haja necessidade.

Outra informação, é que a Secretaria de Estado da Saúde não havia investido nada na região de Apucarana. Isso foi colocado por outro colega Deputado que não está no momento no plenário, mas é preciso que demos a versão correta dos fatos. Foi investido, através da Secretaria de Estado da Saúde, nos Municípios da 16ª Regional da qual faz parte Apucarana, no apoio laboratorial, dois milhões, 994 mil e 64 centavos. Na saúde de assistência farmacêutica, 855 mil. Na implementação da atenção básica, 192 mil. Na saúde, através de investimentos estratégicos, ambulâncias, construções de unidades de saúde, incentivos e consórcios intermunicipais de saúde, incentivos a entidades filantrópicas, manutenção de ações de serviços de saúde, um milhão, 652 mil reais. Na saúde, através de manutenção de ações e serviços de saúde, ambulâncias e veículos, 432 mil.

Enfim, na vigilância epidemiológica, na vigilância de orientação e saúde sanitária ao leite, em grupos especiais de riscos, exames preventivos, equipamentos de informática, equipamentos laboratoriais, incentivo à articulação da vigilância sanitária, foram três milhões, 566 mil e 759 reais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A palavra continua com V. Exa. por mais um minuto.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada, Sr. Presidente.

Portanto, num montante de mais de dois milhões e meio de reais, nessa região, cujo discurso foi colocado aqui, que o Secretário privilegiava Municípios cujos Prefeitos eram do PMDB, e não estava dando a devida atenção à região de Apucarana, o que não confere com a verdade.

Precisamos aqui estabelecer a ordem e a verdade. Todos nós estamos num regime democrático, sabemos disso, podemos emitir as nossas opiniões, mas felizmente temos o direito ao contraditório.

No Município, especificamente, de Apucarana, foi investido, até agora, através da Secretaria da Saúde, investimentos nos vários setores e campos.

Não temos tempo aqui, só cinco minutos para descrevê-los, mas temos documentos, em mãos, que vamos passar para o Deputado, no valor de um milhão, 827 mil, 781 reais.

Portanto, independente de quem seja o Prefeito, independente do Município, o Governo do Estado tem regionalizado e interiorizado as suas ações, porque tenho

a certeza absoluta de que o grande recebedor dessas ações, o grande beneficiário é o povo do Paraná.

Portanto, trazemos aqui a versão da Secretaria, a verdade em relação a essas duas acusações que foram feitas contra o nosso Governador Roberto Requião.

Era isso, Sr. Presidente e nobres companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Deputado Plauto Miró Guimarães é o próximo orador inscrito.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aconteceu o pior.

Deputado Bradock, aqui estivemos por várias vezes alertando sobre os problemas de criminalidade nos Municípios dos Campos Gerais, em especial no campo, naquele local aonde se produz e faz com que os governantes possam apresentar o seu Estado como líder de produção, como um Estado que desponta no crescimento econômico.

Alertei por duas vezes nesta tribuna, que doze propriedades rurais foram roubadas nos últimos sessenta dias, na região dos Campos Gerais; que mais de 24 equipamentos foram roubados, dos pequenos, médios e grandes produtores, na região dos Campos Gerais.

Pedi por várias vezes, para que retornasse a patrulha rural, aonde a polícia no Governo passado, utilizava uma viatura com seus policiais para poder fazer o patrulhamento no interior dos Municípios.

Na última quinta-feira, na nossa cidade de Ponta Grossa, vimos o pior. Um produtor rural deslocou-se até um Banco da cidade, sacou o dinheiro para poder pagar os seus funcionários na sua propriedade. Está se aproximando o período de colheita de milho, de soja e de feijão, e ele com o dinheiro sacado da sua conta bancária, quando chegava próximo à sua propriedade, recebeu uma bateria de tiros de assaltantes que lá estavam. E pior: um deles atingiu sua cabeça! No sábado ele morreu e no domingo foi enterrado. Aconteceu aquilo que ninguém queria.

Peço, mais uma vez, ao Governador do Estado do Paraná, para que olhe com atenção a violência do nosso Estado, porque falar para o Secretário da Segurança Pública parece que não adianta. O chefe maior deste Estado tem que chamar para ele a responsabilidade e fazer com que nós, paranaenses, tenhamos um mínimo de segurança! Não quero ver mais produtores e nem paranaenses sendo assassinados por quadrilhas que são formadas no Estado do Paraná, roubando propriedades rurais, assassinando produtores rurais.

Espero que o Governador dê um basta! E para que isso possa acontecer, tem que ser enérgico! Tem que dar

estrutura para nossas polícias! Tem que dar efetivo para as corporações, para que possam elas fazer frente àquilo tudo de ruim que vem acontecendo na área de segurança pública, tudo de ruim que vem acontecendo com relação à criminalidade no nosso Estado. Um moço com pouco mais de trinta anos de idade, produtor, família da Cidade de Ponta Grossa, que há muito tempo lá reside, produz no solo pontagrossense, e infelizmente foi morto por um tiro dos ladrões que estão rodando dentro dos Campos Gerais.

Governador, a população pede segurança pública! Os produtores rurais do nosso Estado, que sabem produzir, precisam, sim, de segurança para poder dar continuidade ao crescimento da economia, para poder dar continuidade ao seu trabalho, fazendo com que os campos do Paraná produzam e façam com que a riqueza do nosso Estado possa ser cada vez maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A notícia que na última semana abrilhantou a maioria dos discursos desta Casa, a questão da segurança, principalmente em relação à operação cinematográfica ocorrida na Avenida das Torres e ao anúncio de que uma operação similar seria feita na Cidade de Foz do Iguaçu, já começou a produzir resultados, não só em Foz do Iguaçu, como em toda região.

O primeiro resultado é positivo perante a população, que maciçamente, 70% há dois anos e meio atrás, acreditou nas palavras e no compromisso do então candidato a Governador Roberto Requião, de transformar Foz do Iguaçu na cidade mais segura do País. Ela ficou contente em saber que não tinha sido esquecida pelo Governador do Estado.

Muito embora o Governador mudasse a proposta, agora é fazer a cidade mais tranqüila do Estado do Paraná, a população já se sentiu muito envaidecida em saber que não foi esquecida, porque o contingente policial de Foz do Iguaçu vem sendo aos poucos diluído, com transferências, sem reposição, tanto na esfera da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. E o clima que imperava era um clima de angústia e de ingratidão por parte de toda a população que acreditou no Governador para toda Foz do Iguaçu e não para apenas um segmento político.

Pois bem: só a notícia já ajudou em muito a causar um otimismo na população, que voltou a sonhar com uma cidade normal e não numa cidade em estado de sítio. Por outro lado, tem o aspecto negativo: é que a bandidagem da nossa cidade, da região da fronteira, também estava

atento a esse anúncio da operação policial, e a exemplo do que ocorreu aqui na Capital em que só pegaram os miúdos, provavelmente lá em Foz do Iguaçu também não vão pegar grande coisa, porque as pessoas que lideravam toda a questão das quadrilhas de tráfico de drogas, com certeza já estão há mais de quinze dias hospedados em algum rancho, no Paraguai ou na Argentina, pescando, e os bagres miúdos, as mulas, continuam trabalhando para sobreviver em Foz do Iguaçu.

A bandidagem é muito ágil, e todos nós sabemos disso, o Secretário de Segurança sabe disso, a polícia sabe disso. Portanto, é por saber disso que é fácil saber e prever que a bandidagem profissional não vai ficar esperando a polícia chegar em Foz do Iguaçu, eles vão ficar na porta da cidade com uma faixa esperando: “Bem-vinda Secretaria de Segurança do Estado do Paraná”, pois do jeito que foi alardeado só falta agora colocar uma propaganda na televisão com aquela música: “Avisa lá, avisa lá que eu vou”, porque de resto não falta nada para comunicar a bandidagem.

Esse tipo de operação projetada pela Secretaria de Segurança Pública é bom para fazer imagem de televisão, para sair nas páginas dos jornais, e pode até aumentar a sensação de segurança, como com certeza aumentou na população de Foz do Iguaçu. Por alguns dias essa sensação vai aumentar, mas a médio prazo os resultados são questionáveis; isso sem falar nas queixas que muita gente honesta vem fazendo em relação ao tratamento recebido pelo Governo do Estado e também pela Secretaria de Segurança quando se reporta aos índices de criminalidade de Foz do Iguaçu. E é bom lembrar que há poucos dias o Governador Roberto Requião dizia que 90% dos casos de crimes e de homicídios em Foz do Iguaçu são com pessoas que têm antecedentes criminais. Essas pessoas também têm os seus direitos, mas existem muitas pessoas de bem que estão aumentando os índices de criminalidade em Foz do Iguaçu.

Então, é preciso analisar com cuidado esse tipo de operação de segurança. No Rio de Janeiro a polícia sobe morros todos os dias e nem por isso a criminalidade baixou. Não vamos querer repetir aqui a receita do Rio de Janeiro para combater a criminalidade, nossa realidade é outra e depende muito mais do policiamento ostensivo e preventivo, que devem ser feitos com investigação, com inteligência e com a polícia bem preparada.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a segurança pública não é brinquedo, e a região de Foz do Iguaçu quer segurança todos os dias e não somente quando o Secretário Delazari decida mobilizar policiais para impressionar a imprensa e o público.

Faz tempo que a região de Foz do Iguaçu vem pedindo mais policiais e equipamentos para a Polícia Militar e Civil, e faz tempo que nós estamos querendo ser bem tratados pelo Governo do Estado. Infelizmente, o que temos assistido é a uma escalada contínua dos índices de criminalidade, uma onda de assaltos e mortes que nunca vimos na história. Por isso, pedimos que a Secreta-

ria de Segurança Pública olhe com mais atenção para Foz do Iguaçu, que olhe com atenção aos nossos pedidos de melhoria na estrutura de segurança. Os policiais que vão participar da operação prevista para os próximos dias em Foz, não vão ficar em Foz do Iguaçu. Então, dá para dizer que o Secretário Delazari está querendo apenas uma segurança passageira, para Foz do Iguaçu. Isso não dá para aceitar!

Governador Roberto Requião, por favor, ouça o apelo deste Deputado e da cidade de Foz do Iguaçu: Queremos mais segurança permanente para Foz do Iguaçu!

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de anunciar o próximo orador, quero convidar as Lideranças para uma reunião.

Suspendo a Sessão.

(**É reaberta a Sessão**)

Reiniciando os trabalhos, quero participar aos Srs. Parlamentares que, após o encerramento desta Sessão, o Vice-Presidente, Deputado Pedro Ivo, estará fazendo a eleição de comissão por comissão.

Peço que os Srs. Parlamentares que fazem parte das comissões permaneçam na Casa após o encerramento desta Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como sugestão dos Parlamentares: que os Líderes abrissem mão dos seus horários para podermos proceder aos entendimentos da eleição das comissões.

Esta é uma proposta da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Precisaria ouvir o Líder da Situação em relação à sua proposta.

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Os jornais da cidade de Londrina mostram que dois idosos morreram na última quarta-feira, no Hospital da Zona Norte, enquanto aguardavam vagas na Unidade de Terapia Intensiva.

O Sr. Júlio Marcelino Góes, de 72 anos, solicitou à Central de Leitos a transferência para a UTI; não conseguiu e faleceu na madrugada seguinte. O Sr. José Afonso Domingos, de 77 anos, também solicitou uma vaga à Central de Leitos, mas ele morreu três horas depois; um terceiro homem, que também havia sido internado no Hospital Zona Norte, teve dificuldades para conseguir

transferência e acabou sendo encaminhado ao Hospital da Providência, em Apucarana, e esta morte foi evitada.

Nada contra a cidade de Apucarana, do nosso companheiro Deputado Scarpellini, mas sempre aconteceu o contrário. Londrina sempre foi referência, uma cidade que tem tradição em possuir médicos nas mais variadas especialidades de renome, inclusive internacional, mas o que estamos vendo é a desfaçatez do Governo do Estado para com a nossa cidade.

O Hospital Universitário, que atende mais de seis cidades, tem uma crise aguda que até agora não foi contornada. Oferece-se quinhentos reais por mês de salário para um médico anestesista e, até agora, meses após, nenhum médico se habilita a receber um salário de fome como esse, principalmente para uma especialidade importante da medicina como é a anestesiologia.

Meu Deus do céu, onde é que nós estamos? O que está acontecendo com o Governo que não tem olhos para atender a cidade de Londrina?

Em Paranavaí remodelaram um cemitério, digo, um hospital; em Paranaguá compraram um hospital; em Ponta Grossa a imprensa anuncia que o Governo do Estado vai construir um hospital para 150 leitos e, em Londrina, os idosos estão morrendo na fila por falta de médicos, por isso até confundi com um cemitério, que é o lugar onde são velados os corpos, tamanha é a situação de desprestigiamento do Governo do Estado para com a nossa cidade e a nossa região.

O que nós vamos fazer mais?

Que venha algum Deputado pedir complacência a este que vos fala na Sessão de hoje! Não posso mais ter paciência! O que faz um Deputado que defende uma região de forma independente, como é o Deputado Barbosa Neto? É denunciar, é trazer a este Plenário a situação terrível pela qual está passando a cidade de Londrina.

No ano passado, o Governador fez festa. Uma caravana e um séquito para lá foram e na hora de anunciar o valor que iria beneficiar o hospital da zona norte na construção de mais leitos, este mesmo hospital onde morreram dois idosos de 72 e 77 anos, o valor do cheque era de oitenta mil reais! Oitenta mil reais para uma cidade que quinhentos mil habitantes, que não recebe benfeitorias há mais de dez anos, é um “tapa na cara” da população de Londrina!

Não podemos aceitar. Quanto valem essas vidas? O que representa Londrina para o Governo do Estado?

Gastaram mais de viagens, em hospedagens, em combustível de avião, do que os oitenta mil reais que foram dados para o hospital da Zona Norte!

E é lá que morreram dois idosos! Quanto vale a vida do Sr. Júlio Marcelino Gomes? Quanto vale a vida do Sr. José Afonso Domingues?

Peço a compreensão, não do Sr. Governador, mas a compreensão divina para poder entender o descaso do Governador de todos os paranaenses e não só de algumas regiões. Por isso, como disse aqui o Pastor João Mendes, do culto de ontem, na Igreja “O Brasil Para Cristo”,

Mateus, capítulo 5, versículo 44: "... amai a vossos inimigos. Bendizei os que vos maldizem. Fazei bem aos que vos odeiam. E orai pelos que vos maltratam e vos perseguem".

Quero me resignar na palavra divina para encontrar pelo menos uma resposta ao descaso, à desfaçatez e ao abandono de Londrina e do Norte do Paraná por parte do principal mandatário do Estado que foi eleito democrática e legitimamente para defender a todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dizer ao Deputado Barbosa Neto, que a atenção dispensada pelo Governo não é privilégio apenas de Londrina. O Sul, o Sudeste do Paraná, Deputado Barbosa, também sofrem com o Governo, porque ele não dá a atenção devida às nossas regiões.

Cito aqui uma situação. O Governador do Paraná quer e deseja governar o Paraná por decreto, desrespeitando esta Casa, desrespeitando os Parlamentares.

Na região Sul do Estado do Paraná, em União da Vitória e em Irati, o Governador deslocou para aquela região um aparato para fazer a fiscalização na área de meio ambiente. Os pequenos proprietários e os pequenos agricultores não têm mais o direito de trabalhar.

Reporto-me aqui ao Deputado Pedro Ivo que representa a região Sul do Paraná e tem acesso ao Governador, que leve esta preocupação quanto à questão ambiental da nossa região.

Desculpem-me os outros Deputados que pertencem a outras regiões, que não a nossa. Deputado Braddock, se sobrevoarmos o Paraná, quando V. Exa. chegar na região da Lapa e começar a observar olhando para baixo, vai ver o verde do Paraná e chegar até Clevelândia, Palmas, Irati, Guarapuava. Sabem o que querem fazer agora desta região? A região cobraia do Estado do Paraná! Porque a proposta hoje dos empresários que reflorestam a nossa região, que se contentam em não apenas cumprir a lei, é 20% de reserva permanente, a quantidade de metros de nascente, de rios e de pequenos riachos. Não queremos apenas isso. Nós propomos, os grandes proprietários de reflorestamento, colocamo-nos à disposição do Governo em não deixar apenas 20% das nossas propriedades. Queremos deixar 50%! Mas, deixem-nos trabalhar no restante, senão a nossa região está fadada à miséria, porque está se tornando cobraia do Paraná e dos decretos do Governador!

Até o presente momento quem estava sendo prejudicado era o setor de reflorestamento da nossa região, mas agora a questão ficou mais grave. O IAP, com um

aparato fenomenal, com veículos, com funcionários, com avião, com tudo, ao invés de ser uma fiscalização educativa em especial para os pequenos agricultores, para os pequenos proprietários, é uma fiscalização punitiva.

Pasmem os senhores, na semana passada, em Bituruna, tem oito assentamentos que receberam a visita do IAP e do IBAMA. Foi proibido aos pequenos agricultores que hoje lá sobrevivem do carvão, de trabalharem.

Pastor Praczyk, os pequenos proprietários, os assentados dessas oito áreas, têm em torno de 30, 35 hectares; já vivem em uma miséria absoluta. Há estiagem na nossa região. Todos têm conhecimento que os agricultores não têm o que colher!

A maneira de essas pessoas sobreviverem é da produção de carvão! Ora, se o pequeno agricultor tem 35 hectares, pelo menos em dezoito ou dezessete hectares ele tem direito de trabalhar nessa área! Não é possível que 100% da sua área tenha que ser reserva permanente e reservas que a lei define como reservas de rios e nascentes! Não é possível!

Mas, infelizmente, dependendo do humor do Governador, ele levanta pela manhã e baixa um decreto. E aí sai um bando - eu não considero uma equipe - de pessoas despreparadas, com pleno desconhecimento da questão ambiental, armados com armas de grosso calibre e chegam nas pequenas propriedades e intimidam os agricultores. Vamos nos colocar no lugar dessas famílias: imaginem os senhores ter uma família, com vários filhos, e você não ter o que colher e não ter onde trabalhar e, de repente, chegam em sua casa meia dúzia de pessoas e lhe proíbem de exercer a sua função em cima da sua propriedade. Sei que a questão ambiental, hoje, é moda! Sei que a questão ambiental é necessária! Agora, ninguém está aqui no pronunciamento dizendo que não queremos respeitar a lei. Já temos uma lei ambiental para ser cumprida, mas o que acontece?

Cada fiscal, cada funcionário do IAP faz a sua lei e aí intimidam os agricultores, os produtores, os reflorestadores, porque - não sei se os senhores sabem - o maior gerador de empregos no Paraná, tirando a agricultura e o agronegócio, é do setor de reflorestamento de pinus. E hoje na região Sudeste, na região Sul e parte do Oeste do Paraná não há mais condições de trabalhar, porque estamos impedidos por pessoas indicadas pelo Governo, contratadas pelo Governo. Até na questão dos empresários, grandes reflorestadores - ao qual me incluo - tudo bem! Agora, os pequenos agricultores quero ver do quê vão viver! E diga-se de passagem, tenho procurado os Deputados do Governo para ver se eles tentam um diálogo com essas pessoas, mas não há diálogo. Na verdade, a vontade é de punir, e punir um pequeno agricultor com cinco, seis mil reais de multa é o mesmo que dizer: pegue a sua mudança e vá morar em uma favela em Curitiba ou Ponta Grossa, ou Londrina, porque aqui você não vive mais.

Então, não podemos fazer de um mote da ecologia um motivo de fome no Paraná!

Concedo um aparte ao Deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Queria colaborar com o pronunciamento de V. Exa., Deputado Rossoni, até porque nós também conhecemos a realidade daquela região, uma vez que também lá trabalhamos e muitas vezes, inclusive tendo nos encontrado em eventos políticos. E, sem dúvida alguma, a questão ambiental hoje é uma questão de sobrevivência, uma questão de garantirmos um futuro melhor a nossos filhos e àqueles que estarão na Terra depois que formos.

Mas, algumas medidas, sem dúvida alguma, têm sido bastante rigorosas, medidas essas vindas do cenário federal, através da Ministra Marina Silva, e também alguns decretos que foram assinados nos últimos meses através de ações do Governo. Sem dúvida alguma, temos escutado, nos Municípios que representamos, e muitos deles foram citados aqui por V. Exa., a maneira muito rigorosa e truculenta, que muitas vezes, as ações policiais são efetuadas lá, nem tanto somente pela equipe do IAP, como também pela equipe do IBAMA, mas em especial um destaque pela maneira inescrupulosa que a Polícia Florestal tem agido nas ações que tem desenvolvido com relação à questão do Meio Ambiente. Sem dúvida alguma, a nossa região precisa de uma atenção diferenciada, de medidas diferentes das demais regiões, até porque V. Exa. lembrou bem: aqueles que preservaram no passado, aqueles que cultivaram no passado as florestas, hoje estão sendo punidos por terem feito isso!

Então, quero somar-me a V. Exa., aos empresários, que também nos têm procurado em diversas ocasiões, no sentido que possamos restaurar a boa convivência entre a preservação daquilo que é necessário na manutenção do Meio Ambiente e também o desenvolvimento pacífico, ordeiro, daqueles que vivem da madeira, daqueles que vivem da extração, da industrialização, daqueles que vivem das sobras da produção, como os produtores de carvão, que, sem dúvida alguma, precisam. Se isso não for possível, terão dificuldades na sobrevivência.

Só esclarecendo e fazendo uma questão de ordem, Sr. Presidente, se não me engano, agora são dez minutos no Horário de Liderança, e só se passaram cinco minutos, de acordo com o novo Regimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem toda a razão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PFL)

Eu agradeço o aparte do Deputado Artagão e gostaria da colaboração do som, porque senão eu fico gritando aqui e é melhor eu conversar. Seria muito melhor para o Governo, para as pessoas que precisam do seu trabalho para sobreviver, colocar lá a metade daquelas pessoas que estão treinadas, para dizer aos agricultores como pode ser usada a sua propriedade. Fazer na propriedade dos agricultores, além de um planejamento, uma demarcação e dizer aos agricultores: “aqui vocês não podem trabalhar, porque é reserva permanente, aqui é reserva do

leito do rio, aqui é reserva da nascente. E aqui vocês podem trabalhar e podem sobreviver disso aqui”. O que está acontecendo?

Olha, o Deputado Artagão falou com propriedade quando falou da Polícia Florestal. Ora, você não pode pegar um policial, colocá-lo em uma farda verde e intitulá-lo como fiscal do Meio Ambiente, porque ele não tem nenhum treinamento, ele não tem nenhuma especialização. Aí quando ele chega lá no interior e se depara com um engenheiro florestal ou com um técnico florestal, ele não tem subsídio para discutir a questão ambiental.

Sabe qual é a resposta da Polícia Florestal? Não, eu vou mudar porque tem que mudar!” Ora, se a Polícia Florestal estivesse preparada para o que ela está fazendo, certamente, chegaria na propriedade do agricultor e lhe diria: “olha, aquilo senhor está errado, eu terei que multar por essas razões: o senhor não está respeitando aqui os trinta ou cinquenta metros da margem do rio, o senhor não está respeitando a nascente, o senhor não deixou a reserva permanente”.

Agora pergunto aos senhores, 80% das propriedades do Paraná no Oeste, no Sudoeste, no Norte do Paraná, nenhuma tem reserva permanente, e eu pergunto: onde estão os fiscais? Estão aqui no Sul, não deixando os agricultores trabalharem, não explicando como é que o agricultor deve trabalhar.

Eu sei que minha voz é fraca, Sr. Presidente, eu sei que talvez esse pronunciamento não ecoe dentro do Palácio Iguaçu, mas gostaria, Srs. Parlamentares, V. Exas. que têm um bom relacionamento com o Governador, um relacionamento político, gostaria que fosse levado a ele, quando tivesse conhecimento do que está acontecendo. Claro que quando souber que foi o Deputado Rossoni que levantou esta questão aqui ele vai dizer: “O Rossoni está defendendo os empresários daquela região.”

Ora, estou defendendo, sim, os empresários, mas se nós estamos fazendo uma proposta, nós queremos deixar, não 20% da nossa propriedade mas queremos deixar 50% da nossa propriedade desde que nos deixem trabalhar no restante da propriedade, porque, se a nossa região já é considerada a região da fome, dentro de pouco tempo, com as ações do Governo vai ser considerada a região da miséria e daqui a algum tempo vai ser um deserto porque lá ninguém mais vai poder morar e viver.

De onde as pessoas do interior tiram o seu sustento? Tiram da terra, da sua propriedade e hoje, na nossa região, o agricultor não tem mais o direito de propriedade! Nem mesmo os assentados, Deputado Dobrandino, os oito assentamentos. Se o senhor percorrer os oito assentamentos, vai ver instalado a miséria e as dificuldades que aqueles agricultores estão passando!

Então, eu imploro a V. Exa. que é Presidente do PMDB, ao Deputado Pedro Ivo, Vice-Presidente desta Casa, ao Deputado Artagão, ao Deputado Curi, ao Deputado Anibelli, que também obtiveram votos na nossa região que levem ao Governador: aqui não é uma crítica, mas nós não podemos liberar pessoas que não têm

nenhuma qualificação para fazer o que elas não sabem! E o caos está instalado na nossa região!

O Governador baixou um decreto, Deputado Dobrandino, proibindo derrubar pinheiros, araucária, o agricultor tem lá quinze hectares, e no meio destes tem 4,5 pinheiros; ele não pode mexer mais nesta propriedade. Agora eu pergunto: - o que esta pessoa deveria ter feito há dez anos atrás? derrubado tudo! Hoje ele poderia, pelo menos, tirar o sustento da sua família.

Acho que temos que fazer de tudo para a questão ambiental ser respeitada mas nós temos que respeitar também a vida e o ser humano que está sendo desrespeitado em especial da região Sul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente eu havia registrado com V. Exa. a minha inscrição no lugar do Deputado Tadeu Veneri que está ausente, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, consulto V. Exa. se com a ausência do inscrito do Grande Expediente, Deputado Nelson Justus, se não fica vago o Grande Expediente podendo assim ser usado por outro Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Havia até um entendimento, uma sugestão por parte do Deputado Rossoni para que abrissemos mão do Horário da Grande Expediente e do Horário das Lideranças para que pudéssemos avançar na discussão das Comissões.

Peço a compreensão de V. Exa., assim poderíamos acelerar o processo das votações das Comissões. Agradeço a vossa compreensão.

Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, senhoras e senhores.

Na quarta-feira da última semana, protocolamos nesta Casa, um projeto de lei de interesse de todos os paranaenses e quem sabe, poderia dizer também de interesse do povo brasileiro. Nos últimos meses, nos últimos dias, fomos tomados por seqüências de fatos que nos entristeceram: - assaltos a shopping centers, policiais feridos, cidadãos assustados e conseqüências extremamente negativas à nossa sociedade.

Em função de todos os ocorridos que tivemos conhecimento, fizemos um projeto de lei obrigando a instalação de detectores de metais nas portas de shopping center e centros comerciais com mais de dez estabelecimentos.

Ora vejam, até alguns dias atrás, qualquer um de nós ficaria tranqüilo se nossa esposa, nossos familiares ou os nossos filhos fossem passear em algum centro comer-

cial ou em algum shopping, pensando pelo lado da segurança, pensando pelo lado da tranqüilidade.

Em função dos últimos fatos, passamos a reavaliar esse posicionamento e ficar bastante intranqüilos com relação à segurança nesses locais públicos, de grande circulação de população. Protocolado na última quarta-feira este nosso projeto de lei, divulgado em diversos veículos de comunicação como polêmico e que algum tempo atrás já foi fruto de discussão.

Donos de estabelecimentos comerciais, donos de shoppings centers, presidentes de associações de representação começaram a se posicionar negativamente com relação à possibilidade da efetivação desse projeto. Sem dúvida alguma são pessoas que colocam os seus posicionamentos pessoais tendendo a defender os interesses de grupos representativos. Mas nós buscamos estudar melhor como poderiam ser feitas essas ações, e chegamos a, por exemplo, uma empresa que representa portas detectoras de metais, de uma tecnologia moderna, onde somente detectar-se-iam armas de fogo, revólveres, pistolas ou arma branca como facas e canivetes. São equipamentos de última geração, que não seriam mais acionados com chaveiros, com chaves de automóveis, com moedas nos bolsos daqueles que ali estariam passando.

A justificativa que seria impossível um projeto dessa envergadura, que ocasionaria nos shoppings um acúmulo de pessoas na porta em função do grande fluxo de entrada e saída, que ficaria inviável para esses estabelecimentos em função da dificuldade que causaria àqueles que gostariam de entrar nos respectivos shoppings. Isso não é verdade.

Não tenho dúvida e posso evidentemente aprofundar um debate com todos esses representantes, um equipamento dessa envergadura que não provoca a parada do cidadão quando passa por ele, que só é acionado quando da presença de uma arma de fogo ou uma arma branca, sem dúvida não traria prejuízo algum para os shoppings centers e tampouco para os estabelecimentos comerciais com mais de dez lojas. Mas que com certeza traria novamente a segurança para o povo paranaense, para a nossa sociedade, que hoje nem nesses locais têm a segurança que outrora tinham no passado.

É necessário tomarmos atitude, é necessário agirmos objetivamente para preservarmos a segurança da nossa sociedade, povo paranaense, e uma medida como essa sem dúvida alguma vem ao encontro das nossas necessidades. O custo não é elevado principalmente se levarmos em consideração que, quando vamos a um shopping, sabemos que estamos pagando uma margem no que diz respeito à segurança, à comodidade, ao ar condicionado, ao estabelecimento e uma série de conforto que lá são ofertados. Mais o que diferenciava sobre tudo isso é a questão de segurança que há pouco tempo atrás deixou de existir. Esse projeto de lei será votado em algumas semanas e deverá, sem dúvida alguma, ser implantado para o bem do povo do Paraná.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PPS, ao PDT, ao PFL, PT, ao PMDB.

(**Declinam**).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 46 Srs. Deputados.

Esta Presidência quer comunicar que logo após esta Sessão, será feita a votação para escolha do Presidente e Vice, das Comissões.

E, às 17h00, haverá uma Sessão Solene com a outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Waldemar Alegrette, por proposição da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Chico Noroeste, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, indicando o nome dos Deputados para compor a Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa na condição de suplente e titular. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 03 (três) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Solicito para verificação de quórum, chamada nominal.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, nós não estamos em processo de votação, mas no processo, vamos requerer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, do Vereador Waltair Caetano Apolinário, a pedido do Deputado Elton Welter.

Damos boas-vindas ao Vereador.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria do Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R :

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 169/2003, que é de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o limite máximo de alunos em sala de aula no âmbito da Rede Pública de Ensino e dá outras providências.

A presente emenda visa suprimir o inciso I do artigo 2º do Projeto e Lei nº 169/2003, sob a justificativa que este está incorporado no inciso II do mesmo artigo.

O inciso I estabelece que o limite máximo de alunos de 1ª série em sala de aula será de 20 alunos, enquanto que o inciso II diz que o limite máximo será de 25 alunos em sala de aula.

Não existe incorporação, ou seja, o inciso I, objeto de supressão não está sendo incorporado simplesmente, mas está sendo modificado e portanto a presente emenda não é legal e regimental.

Por não existir concordância entre a justificativa, encaminhado voto contrário à emenda apresentada em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

Delegado Bradock, Duílio Genari, Reni Pereira, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Barbosa Neto, José Maria Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Solicita a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Conforme solicitação do Deputado Stica, solicito ao 1º Secretário Elton Welter, que faça a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Elton Carlos Welter)**

Procede à chamada nominal.

Apenas doze Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO **(Pela Ordem)**

Gostaria de indagar se será V. Exa. que vai instalar as comissões, na seqüência na sala da Presidência, se V. Exa. estará presente como Presidente da Casa nesse momento?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Presidência está conversando com os Líderes ainda e, a princípio está convocado para logo após a Sessão, mas ainda estamos conversando com as Lideranças na Sala das Comissões, logo após esta Sessão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente não há para concordar porque inclusive V. Exa. acabou de anunciar e convocar Deputados. Já fomos convocados através de um expediente da própria Casa.

Portanto, estamos aguardando e gostaríamos de ter, na seqüência, a sua presença, nas instalações das comissões, já que é um compromisso firmado, pela Presidência, na presença dos Srs. Deputados aqui na Casa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Se há doze, não há quórum, portanto, derruba-se a Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas um comunicado como Líder da Oposição: convoco e convido a todos os Srs. Parlamentares que fazem parte das Comissões, para a reunião com o Vice-Presidente, a realizar-se no Plenário desta Casa dia sete de março de 2005.

Recebi esse ilustre convite, do ilustre Vice-Presidente Pedro Ivo, e transmito aos Srs. Parlamentares da Oposição, se numa eventualidade não receberam o convite, logo após a Sessão nós teremos a reunião e a instalação das Comissões.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Gostaria só de esclarecer que esta Presidência vai manter a convocação e será feita na Sala das Comissões, logo após a Sessão, a votação das comunicações.

Pela Ordem, o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

No convite está que será feita aqui no Plenário.

Ouvi falar que seria aqui na Sala da Presidência. É aqui ou na Sala das Comissões? É conforme está no convite?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Na Sala das Comissões.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a Sessão se mantém ou está...

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Elton Carlos Welter)**

Apenas doze (12) Srs. Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

E a minha Questão de Ordem, que procede, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Apenas 12 (doze) Deputados votaram.

Não há quórum para votação.

Requerimento

Sobre a mesa, Requerimento nº 252, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, a qual será destinada às comemorações ao Dia Internacional da Mulher por proposição das Sras. Deputadas Elza Correia, Arlete Caramês, Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Levanta-se a Sessão.